

DOS PINHEIRAIS À “TERRA DOS TRIGAIS”: COLONIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM – COLÔNIA MARECHAL HINDEMBURGO (1930-1950)

Marlon Brandt

Doutorando em História pela UFSC/bolsista CNPq
marlonbrandt@yahoo.com.br

RESUMO

O seguinte artigo tem como objetivo analisar a transformação da paisagem a partir da instalação da Colônia Marechal Hindemburgo, localizada no município de Fraiburgo, Santa Catarina. A partir da análise da paisagem é possível ler as relações entre os homens e a natureza, integrando as características e os elementos tanto físicos quanto humanos. Até o início da colonização, as terras que formavam a colônia eram ocupadas por diversas famílias posseiras, que, assim como moradores confrontantes às terras, possuíam práticas relacionadas ao uso comum da floresta e de seus recursos naturais em atividades como a criação de animais à solta. A colonização foi um momento de ruptura para essa população, onde, ao longo de duas décadas, a inserção de uma nova sociedade, deu origem a um processo de intervenção humana e transformação da paisagem cada vez mais profundo, devastando a floresta para a formação de lavouras e a exploração de seus recursos madeireiros.

Palavras-chave: Paisagem; terras de uso comum; colonização; floresta; desmatamento.

FROM PINE FORESTS TO "LAND OF WHEAT FARMS": COLONIZATION AND TRANSFORMATION OF THE LANDSCAPE - MARECHAL HINDEMBURGO COLONY (1930-1950)

ABSTRACT

The objective of the following article is to analyze the transformation of the landscape that took place with the establishment of the Marechal Hindemburgo Colony, in Fraiburgo, Santa Catarina. Analyzing the landscape, it is possible to read the connection between man and nature, integrating the features and the elements, physical as well as human. Until the beginning of the colonization, the lands that formed the colony were occupied by many squatter families, as well as neighboring dwellers of the land, who possessed practices related to the common use of the forest and its natural resources in activities such as the raising of livestock. The colonization was a period of rupture for this population, in which, throughout two decades, the insertion of a new society gave rise to a human intervention process and an increasingly more profound landscape transformation, cutting down the forest for the formation of farming lands and the exploitation of its wood resources.

Keywords: Landscape; lands of common use; colonization; forest; deforestation.

INTRODUÇÃO

Em 1929 uma área de terras devolutas, totalizando 278.303.520 m², foi concedida pelo Estado de Santa Catarina a Demosthenes Bornhausen, originando a Fazenda Butiá Verde, onde se instalou

Recebido em 23/01/2010

Aprovado para publicação em 10/03/2010

no início da década seguinte² a Colônia Marechal Hindemburgo³, atualmente denominada Dez de Novembro⁴. Colonização que, como tantas outras que ocorreram nas áreas florestadas do Sul do Brasil a partir do século XIX, sejam elas promovidas por iniciativas públicas ou particulares, têm, como salienta Neusa Bloemer (2000, p. 77), “definido a paisagem dessas áreas, em parte desprezada pelos latifúndios, e por isto mesmo, aproveitadas pela colonização”.

Embora devolutas e oficialmente desocupadas, eram habitadas por pequenos e médios sitiantes⁵, na maioria sob desprezadas pelas grandes fazendas pastoris das regiões dos campos, essas terras, o regime da posse, em regiões como os vales dos rios Marombas, dos Patos, Taquaruçu, Correntes e do Peixe (MACHADO, 2001, p. 19-20), em um movimento de interiorização do povoamento rumo às florestas a partir do final da primeira metade do século XIX. Como agentes dessa expansão espacial encontravam-se ex-agregados, peões, escravos, negros libertos, foragidos da justiça e fazendeiros em buscas de novas terras, partindo principalmente das áreas situadas, ao leste, nos campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto do noroeste e oeste partiam dos campos de Guarapuava e de Palmas no Paraná (MACHADO, 2004, p. 72-73).

A colonização significou um momento de ruptura para essa população conhecida como cabocla⁶, transformando a paisagem através da inserção de atividades sócio-econômicas externas, baseadas na agricultura voltada ao comércio e a exploração madeireira, desestruturando antigas concepções de uso e acesso à floresta e recursos naturais, muitos deles em comum. Caboclos e colonos que possuíam diferentes visões “das coisas do mundo” (AREND, 2001, p. 31), expressas na visão da natureza, nas espacialidades e temporalidades, ou seja, “a partir de múltiplos e variados modos de adaptação ao meio” (CAMPOS, 1999, p. 46), que por sua vez refletem também nas diferentes paisagens e no uso que se faz da floresta e de seus recursos naturais. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações da paisagem que ocorreram no espaço onde foi instalada a Colônia Marechal Hindemburgo, entre os anos de 1930 a 1950, período que marca o estabelecimento das primeiras famílias e o desenvolvimento de suas atividades agrícolas.

Localizada na região do Meio-Oeste de Santa Catarina, entre os vales dos rios do Peixe e Canoas, dentro dos domínios da Floresta Ombrofila Mista, conhecida também como Floresta de Araucárias, a região onde se instalou a colônia, possui um clima subtropical úmido,

² Registro número 120, livro 3a, de 28 de junho de 1929. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina. O título de legitimação da concessão encontra-se no Livro 786, folha 14 de Títulos de Concessões de Terras no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³ Concessão obtida como forma de pagamento pela construção de duas estradas no Oeste do Estado (SANTA CATARINA 1935, fl. 80-81). O nome Butiá Verde, uma possível alusão a grande quantidade destas palmáceas existentes na região, dava também nome a localidade e a outras fazendas, mais antigas como a de propriedade do Coronel Zacharias de Paula Xavier, residente em Curitiba, e a de João Baptista de Deus. Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina; Registro número 214, livro 3, de 24 de setembro de 1918. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina. Os livros 3 e 3A apresentam várias transações de imóveis em Butiá Verde a partir de 1916. Os documentos referentes aos anos anteriores foram destruídos durante a Guerra do Contestado na invasão a Curitiba. Deve ficar bem claro, como alerta Paulo Pinheiro Machado (2001, p. 17), que no planalto catarinense em geral, nem sempre os nomes conhecidos como “pioneiros” nas histórias oficiais se constituíram nos primeiros habitantes, sendo possível que antes destes já se encontrassem, além da população indígena, outros que precederam a chegada do “mundo oficial”.

⁴ No ano de 1941 a colônia, em virtude do processo de nacionalização imposto durante a ditadura varguista, passou a se chamar Dez de Novembro (BURKE, 1994, p.21).

⁵ São sitiantes os pequenos produtores rurais que moram, em sua maioria sob o regime da posse, nos interstícios das grandes fazendas ou nos bairros rurais (DIEGUES, 2003, p. 148).

⁶ Embora o termo caboclo possua um caráter racial nos estudos da historiografia predominante da região, sendo ele fruto do contato entre europeus, africanos e indígenas, consideramos nesse estudo o caboclo como sendo o habitante das áreas de campos e florestas do planalto Sul do Brasil cujas práticas sociais e espaciais são condizentes com o meio onde vivem. Assim é possível considerá-los como sendo uma “população tradicional”, no termo apresentado por Paul Little (2002, p. 23). Segundo Little, este conceito busca “oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentimento de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis”.

apresentando chuvas bem distribuídas durante o ano, com a ocorrência de geadas e queda ocasional de neve (BIGARELLA, 1994, p. 116). Encontram-se como principais espécies vegetais árvores como a araucária (*Araucaria angustifolia*), a imbuia (*Ocotea porosa*), o cedro (*Cedrela fissilis*) e a canela (*Ocotea sp.*) (KLEIN 1978, p. 10-13). Nas áreas de campo nativo, além de capões de araucárias, encontra-se também a presença de butiás (*Butia eristopatha*), uma palmácea muito comum na região. Durante o período estudado, essas terras compunham o município de Curitibaanos até 1943, quando uma parte passou a jurisdição do município de Videira após sua emancipação. Atualmente as terras fazem parte do município de Fraiburgo, criado em 1961, incorporando partes de Videira e Curitibaanos.

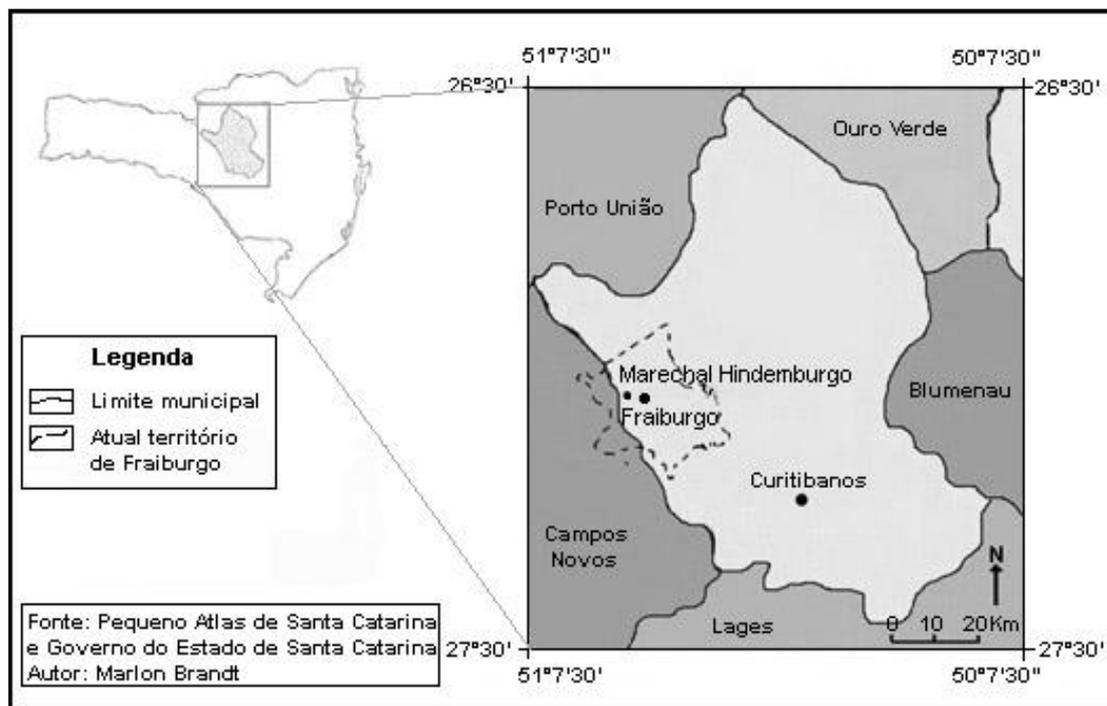


Figura 1: Mapa da localização da colônia Marechal Hindemburgo – década de 1930.

Estudar as transformações da paisagem no passado implica em se unir, no enfoque geográfico, o tempo e o espaço, pois, como afirma Chris Philo (1996, p. 270-274), “a complexa geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua história”. É necessário, entretanto, considerar não apenas os fenômenos de materialidade óbvia, mas também os fenômenos de natureza “imaterial”, ou seja, “todo um conjunto de acontecimentos passageiros (guerras, fomes), entidades abstratas e estruturas mais profundas”. Ou seja, o pesquisador, como afirma Maurício de Almeida Abreu (1997, p. 240), não deve se “ater apenas aos vestígios concretos que ele deixou, isto é, as formas materiais que ainda subsistem na paisagem”.

Paisagem que, conforme Milton Santos (2006, p. 103-104), é a expressão materializada do espaço geográfico, sendo “o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza”, e que para Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2004, p. 09), é resultado da “ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural”. Nela é possível ler as relações entre os homens e a natureza, integrando as características e os elementos tanto físicos quanto humanos (MARTINS, 2008, p. 70). Portanto, a ação do homem, conforme Carl Sauer (2004, p. 43), se expressa na paisagem, tornando-se assim uma paisagem cultural, sujeita a mudanças, seja pelo desenvolvimento de uma cultura, pelo contato de diferentes culturas ou pela substituição de culturas.

Ao longo do processo histórico, a dinâmica das diversas sociedades que ocuparam e ocupam o globo terrestre, com temporalidades e espacialidades distintas, imprimiram diferentes marcas na paisagem natural, (re)construindo-a e ressignificando-a, criando não somente bens materiais, mas também valores, crenças, costumes e representações, tanto da natureza quanto do homem.

Para Jó Klanovicz e Eunice Nodari (2005, p. 95), a interpretação de uma paisagem depende dos valores e atitudes de um indivíduo. Se um artista a compreende em termos estéticos, um capitalista pode interpretá-la em termos monetários, da mesma forma que um pesquisador em termos ecológicos. Assim surgem diferentes visões, fruto de construções sociais sobre um mesmo espaço. Em Marechal Hindemburgo, em um período de aproximadamente vinte anos, a floresta nativa que dominava a paisagem e era usufruída pela população cabocla em práticas que condiziam com o ambiente em que viviam, passou, a partir da inserção de novos atores, a sofrer a ação humana no ambiente de uma forma mais intensa. Era o então chamado “progresso” que chegava a região a partir da colonização e a exploração de suas reservas madeireiras.

PAISAGEM E USOS DA FLORESTA PELA POPULAÇÃO CABOCLA

Até a instalação da colônia, a paisagem predominante era constituída por extensas áreas de floresta nativa, ocupadas por diversas famílias posseiras, que possuíam na agricultura de subsistência e na criação de animais a base do seu sustento⁷. A criação de animais, sobretudo de porcos, era realizada à solta. Os animais compartilhavam o mesmo espaço com animais de criadores vizinhos, que poderiam ser proprietários oficiais ou posseiros. O porco, de acordo com o historiador ambiental Alfred Crosby (1992, p. 156-157), dentre os animais domesticados é o que mais se assemelha a uma erva daninha. Pelo fato de serem onívoros, havia para eles, em comparação aos herbívoros bois e cavalos, uma maior variedade de alimentos disponíveis. Comiam de tudo: frutos caídos, sementes, raízes, relva e qualquer animal pequeno. Por não tolerarem a luz direta do sol, não conseguiam se adaptar aos campos, descobertos demais, preferindo viver nas florestas. O ambiente favorável propiciou a muitos moradores das florestas de araucárias encontrarem na criação de porcos soltos uma fonte de renda. Era o chamado “porco alçado”, cuja criação consistia em uma espécie de suinocultura extensiva (CHANG, 1988, p. 26). Soltos na floresta, os animais percorriam, em manadas, terras de diferentes posses ou fazendas em busca de alimento, pelo fato destas não possuírem cercas – e isso persistiu até a colonização –, “uma vez que a amplitude de terras o dispensava”, como aponta Arlene Renk (2004, p. 28).

Esse costume de criação, comum a toda região de Floresta de Araucária, como aponta Man Yu Chang (1988, p. 37), “era condizente com o ambiente natural. O meio farto provia de alimentos silvestres em abundância, o que poupava aos criadores os custos de trato da criação”. Se a criação era solta, a roça era cercada para evitar a invasão dos animais, pois ocupava menos espaço, uma vez que esta era destinada principalmente à subsistência. Atividades possíveis em um espaço que apresentava vastas extensões de floresta e uma baixa ocupação demográfica, onde em algumas áreas, ao menos quando a colonização ainda se mostrava incipiente, a presença do homem era identificada apenas pela existência de um estreito carreiro, sua casa e a roça dispersas.

É possível dizer que as terras devolutas que mais tarde vieram a abrigar a colônia constituíam o que Sueli Ângelo Furlan (2006, p. 4-5) denomina como uma “floresta cultural”. No seu entender, a floresta cultural é manejada por populações rurais que não tem o título de propriedade privada das terras e usufruem seus recursos de forma compartilhada, onde se observa o desenvolvimento de práticas sociais adequadas ao ambiente natural, além de conhecimentos sobre o funcionamento e utilização de forma sustentável. Práticas efetivadas através de um conjunto de normas e costumes, fundamentadas na tradição e na memória

⁷ Segundo Roberto Klein (1978, p. 10-13), as regiões compreendidas pelo domínio da Florestas de Araucárias podem, pela predominância desta espécie, dar a impressão de possuir uma certa homogeneidade. Porém estas são formadas por diversos tipos de submatas, constituídas por espécies características em diversas áreas de ocorrência. Ao elaborar um mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina no ano de 1978, Roberto Klein dividiu a floresta de araucárias em 4 grupos distintos, onde as submatas são distinguidas pela predominância de espécies arbóreas diferentes. Assim cada submata apresenta características distintas, onde essas são dominadas por espécies arbóreas diferentes, daí o fato de árvores como a erva-mate ser encontrada em abundância em algumas regiões enquanto em outras esta raramente é encontrada, como no caso da região de Marechal Hindemburgo.

(CAMPOS, 2002, p. 128), onde a oralidade exerce uma grande importância, constituindo um conjunto formado, conforme E. P. Thompson (2002, p. 120), por “crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento”.

Normas, práticas e costumes que regulavam o acesso e uso da floresta e seus recursos que gradualmente entrariam em desagregação à medida que o processo de colonização de Marechal Hindemburgo se intensificava.

COLONOS E POSSEIROS NA COLÔNIA MARECHAL HINDEMBURGO

O estabelecimento dos colonos em Marechal Hindemburgo ocorreu de modo semelhante a outras colônias da região, ou seja, de forma dispersa, com os lotes sendo distribuídos ao longo de estradas ou linhas. De acordo com Thomas Burke (1994, p. 20-21), as terras foram inicialmente divididas em três blocos: Flor da Serra, Linha Brasília e Dez de Novembro. No ano de 1933, na gleba de Dez de Novembro, em uma área de 704.500m², atravessando o antigo caminho entre Perdizes e Curitiba, foi realizada a Colonização José Petry, dividida em 116 lotes e 24 chácaras, originando o núcleo da localidade. Muitos colonos que adquiriram esses lotes eram originários das áreas de colonização germânica do Rio Grande do Sul, buscando novas terras para plantar ou para começar algum negócio. Outros vinham diretamente da Alemanha com o compromisso de se dedicarem a agricultura (LOPES, 1989, p. 94-96).

O geógrafo Paulo Fernando Lago (1988, p. 287) comenta que colonizar pressupõe também “estabelecer numa região uma espécie de ‘choque demográfico’. Remanescentes indígenas e ‘intrusos’ o sentiram”. A ocupação por posseiros era desconsiderada pelas autoridades públicas ao conceder as terras, assim como pelos colonizadores, que os viam como intrusos e invasores.

A relação entre posseiros e colonizadores sempre foi complicada, como ressalta Jaci Poli (1995, p. 100), em seu estudo sobre a população cabocla no Oeste catarinense, “principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar a posse para dar lugar ao proprietário”. Para que a empresa colonizadora pudesse por a venda seus lotes, era realizada uma espécie de “limpeza da área”, onde o direito de propriedade prevaleceu sobre o direito de posse que, em geral, foi ignorada, vista unicamente como infração ou intrusão (RENK, 1997, p. 106). Em Marechal Hindemburgo, relatos de antigos moradores indicam a presença de diversas famílias posseiras, onde situações de tensão com colonos em relação à posse da terra não deixaram de ocorrer, como sugere o depoimento de Carlos Hepp (2005):

aqui o terreno era tudo posse. Tinha brasileiro morando em cima [...]. Até aqui eram dono do terreno, mas tudo posse também. Eles se colocaram, mas não tinham documento nenhum. Daí no tempo que eles vinham aqui e mandavam o pai embora porque aqui era deles.

Muitas famílias posseiras se viram expropriadas pelos colonizadores, inclusive através de ações na justiça⁸, enquanto outras acabaram legalizando suas posses, ficando com parte das terras originais, como ocorreu com a família de Miguel de Lara Sobrinho (2006). Antes da legalização a posse da família “era muito grande, eles falavam em 25 a 30 milhão de terra [...] um milhão de terra era 40 alqueires”. Na legalização das posses, “eram cinco irmãos, deu 180 alqueire. Daí foram se dividindo, os irmãos. Ficou duas colônias para um, duas colônia para outro, três colônias para outro. Então foi feito, escriturado”.

Além das alteridades existentes no convívio interétnico entre o “nós” e o “eles” e a expropriação de famílias posseiras, os colonos, na sua maioria, ao se instalarem em seus terrenos coloniais, devastaram as áreas de florestas desagregando os espaços florestados onde percorriam animais em busca de alimento. Em pouco tempo aquela paisagem, dominada por centenárias araucárias, cedia espaço às lavouras. Colonização que também trouxe o desenvolvimento do pequeno núcleo colonial, que passou a abrigar alguns estabelecimentos comerciais, moinhos e pequenas fábricas que atendiam o mercado consumidor local.

⁸ Processo nº 331, de 1º de agosto de 1939. Ação movida por Wenceslao de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas, contra a instalação destes, na forma de posseiros na propriedade denominada Butiá Verde. Arquivo do Fórum Judicial de Curitiba. Wenceslao de Souza Breves, adquiriu no ano de 1939 parte do imóvel Butiá Verde que ainda não havia sido colonizado, totalizando uma área de 184.920.506m². Registro número 1718, fl.206 de dois de janeiro de 1939. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

CONSTRUINDO NOVAS PAISAGENS

A criação da Colônia Marechal Hindemburgo se insere no contexto da colonização do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina, que se consolidou a partir do final da Guerra do Contestado (1912-1916) e da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande no em 1910. A ferrovia, cujo traçado acompanha o curso do Rio do Peixe, possibilitaria o escoamento da produção dos colonos, ligando a região a grandes centros urbanos como Curitiba e São Paulo. Assim, conforme Léo Waibel (1979, p. 233), “o hinterland de Santa Catarina foi drenado comercialmente para o norte, para São Paulo”.

O crescimento da colônia Marechal Hindemburgo é mencionado pelo Relatório da Diretoria de Terras e Colonização, referente ao ano de 1935, exposto a seguir:

Colônia Marechal Hindemburg - Município: Curitibaanos

A colônia está situada entre 15 e 60 km. da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, entre as Estações de Perdizes e Rio das Antas. São Paulo é o maior consumidor de seus produtos, para onde são transportados pela ferrovia mencionada.

O porto mais próximo é o de São Francisco ligado por estrada de Ferro, distando cerca de 450 km. O transporte é relativamente fácil dada a boa condição da estrada.

Area: 27.830.3520 hectares [sic]

A altitude da colônia varia entre 650 e 750 metros sobre o nível do mar. Sua sede Marechal Hindemburg se acha a 699 metros.

A colônia esta dividida em lotes de 10, 30 e 50 alqueires, havendo 250 lotes de 10 alqueires.

Foram localizadas na colônia até 31-12-1933 cerca de 50 famílias de origem alemãs e teuto-brasileiras. Os primeiros imigrantes chegaram a colônia em junho de 1932.

As principais culturas são: milho, feijão, batatas, cebolas, trigo, vinha, alfafa, amendoim e cevada.

É esta uma colônia nova que se encontra em franco desenvolvimento. Nela existem duas fabricas de produtos suínos com capacidade para matança para mais de 100 porcos por dia; uma fabrica de banha, 2 moinhos, varias serrarias, uma pequena fabrica de cerveja e outras também pequenas, para destilação de oleos, de linho e amendoim e alcool.

Endereço: Arthur Formighieri – Administrador da Colônia Marechal Hindemburg – Perdizes – E.F.S.P.R.G – Santa Catarina.Existiam na colônia, em 31-12-1933, 2 escolas com 65 alunos matriculados.

Um lote de 10 alqueires é vendido por 2:000\$ a 3:000\$000, segundo a situação.

É proprietário da colônia marechal Hindemburg o Sr. Demosthenes Bornhausen, a quem o Estado concedeu terras para fins de colonisação (SANTA CATRINA, 1935, p.122).

O avanço da colonização, trazendo novas relações sociais e econômicas, modificou de forma relevante a dinâmica espacial e por sua vez a paisagem da região. Como enfatiza Milton Santos (1985, p. 49) o espaço é um produto permanente de transformação, e sempre que uma sociedade muda as formas e os objetos assumem novas funções. A floresta, antes um espaço usufruído em comum, cuja paisagem estava integrada ao modo de vida da população cabocla, teria uma nova função a partir da inserção de novos agentes e novas atividades econômicas naquele espaço, baseadas na agricultura e exploração madeireira, dando também uma nova função a esta: servir como produtora de mercadoria para a reprodução da sociedade capitalista

Ao se instalarem em Marechal Hindemburgo, os colonos desmatavam o terreno para o plantio de culturas como o trigo e o milho, cuja produção era destinada principalmente à comercialização e não à subsistência, como era costume da população cabocla.

O uso mais intensivo do solo acabou por reduzir as áreas de florestas onde a criação em comum de animais era realizada. Diferente das intervenções naturais provocadas por chuvas excessivas, tempestades e secas ou mesmo do uso realizado pela população cabocla, a formação de lavouras provocaram danos irreversíveis à fauna e flora locais. A esse respeito Warren Dean (2004, p. 32), comenta que:

clareiras abertas por temporais podem levar cem anos para alcançar um estado sucessório maduro, idêntico ao da floresta vizinha. Mesmo então as árvores emergentes de tronco grosso não terão tido tempo para se tornarem gigantes. Clareiras produzidas para abrigar fazendas ou agricultura de

grande escala podem impedir o retorno a um estado maduro por tempo muito mais longo ou, talvez, para sempre.

No caso de diversas áreas de colonização promovidas no Sul do Brasil, onde predominava a pequena propriedade, os impactos à vegetação original são semelhantes ao de uma agricultura de grande escala. A disposição dos terrenos e o reduzido tamanho dos mesmos acarretaram em um adensamento populacional e em um maior uso do solo para as atividades agrícolas.

A floresta era vista pelos colonos como um empecilho para a agricultura, diferente do que ocorria com a população cabocla, para quem a floresta era base para a criação de animais à solta. Carlos Hepp (2005) descreve da seguinte maneira a derrubada da floresta para a formação de lavouras:

[...] quando começava a plantar milho e caía grimpá. Daí ele juntava nó-de-pinho o dia todo com a mãe e rodeava o pinheiro. Daí colocava fogo e aqueles nós queimavam metade do pinheiro com o calor, ia queimando. Daí eles pegavam aquelas serra de dente e serravam. Ali subindo o morro tinha um pinhal [...] daí tacou fogo nos pinheiros. Naquele tempo não tinha estrada para tirar os pinheiros.

Lavouras que entravam conflito com a criação à solta. Os colonos não as cercavam, como era o costume local, ocorrendo assim a invasão de animais em busca de alimento, o que motivava queixas por parte dos colonos. Relatos como esse, de colonos se queixando da invasão de porcos e outros animais criados à solta nas lavouras são, conforme aponta Warren Dean (2004, p. 209), um “indicador claro da redução das reservas florestais” que forneciam alimento aos animais. O uso da terra pela população cabocla era, ao olhar do colonizador, visto como um entrave à civilização na região, sendo que esta ocorreria apenas com a colonização e sua pequena propriedade e trabalho familiar (RENK, 1997, p. 104). A colonização, carregando consigo essa nova lógica de uso do espaço, baseada na propriedade privada da terra, paulatinamente ia alijando essa população cabocla “dos recursos naturais indispensáveis à sua sobrevivência e que se escasseavam com os golpes de machado e com as queimadas” (CORREA, BUBLITZ, 2006, p. 36).

Antes existia mais espaço para a criação. No caso dos porcos soltos, cada animal necessitava, conforme Roberto Lobato Corrêa (1970, p. 93), de cerca de cinco hectares de floresta, sendo esta “uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica”. As posses ou propriedades próximas constituídas até então possuíam uma grande extensão – muitas vezes ultrapassando a casa do “milhão de terras” (1.000.000 m²) –, se comparados aos lotes coloniais de Marechal Hindemburgo. Isso possibilitava à população que antecedia a colonização dispor de amplos espaços de florestas para a criação de animais e formação de roças.

O processo de transformação da paisagem a partir da introdução dessas novas atividades econômicas pode ser observado através de diversas imagens produzidas por colonos que se instalaram em Marechal Hindemburgo ao longo das décadas de 1930 e 1940. Trabalhar com imagens exige do pesquisador se perguntar qual o motivo e o destino de sua produção. Como bem atenta Rute Coelho Zendron (2002, p. 87), um fator importante da imagem fotográfica se refere a sua construção, onde o fotógrafo ou quem possui a intenção de produzir a imagem, “está fazendo uma escolha, portanto, a fotografia não é apenas ‘a emanção do referente’, mas a emanção de um referente previamente escolhido, enquadrado, focalizado”.

Portanto, ao interpretar as imagens da produzidas ao longo da colonização, nas palavras de Marcos Gerhardt (2005, p. 78), “pode-se conhecer parte das mudanças e permanências no ambiente daquele período e também a compreensão da população da época sobre a natureza, especificamente sobre o mato”, ou seja, a paisagem que os cercava.

Imagens que serviam assim para representar, conforme Susana Cesco (2004, p. 92-100), em seu estudo a respeito da devastação da floresta no Vale do Rio do Peixe, “as transformações ambientais chamadas de ‘progresso’”, de desenvolvimento econômico, aproveitando as riquezas “ignoradas” pela população “cabocla” que antecedeu a colonização de Marechal Hindemburgo. Assim, a natureza, segundo a autora “passa a figurar como símbolo de progresso, desde que dominada, domesticada”. São enfatizadas nas imagens a derrubada da

floresta e as lavouras, sobretudo de trigo, ou seja, mostrando como os humanos, com seu trabalho modificam o ambiente e humanizam a natureza (GERHARDT, 2005, p. 92).

Na Figura 2, apresentada a seguir, é possível observar ao fundo a mata nativa que seria devastada para a formação de roças. No canto direito, um tronco queimado mostra que a árvore fora derrubada da forma exposta por Carlos Hepp, que na imagem aparece no canto direito.



Figura 2: abertura de roças na propriedade da família Hepp (meados de 1940).
Fonte: Acervo particular de Carlos Hepp, – Fraiburgo, SC.

A Figura 3 apresenta a preparação do terreno, com a utilização de um arado, para o plantio de trigo, produto que, junto com o milho, constituíam os principais produtos agrícolas da colônia. A partir da colonização muitos criadores passaram, em virtude do desmatamento, a cultivar trigo, sejam eles moradores com a posse legalizada ou ex-posseiros que conseguiram legalizar suas terras, como era o caso da família de Miguel de Lara Sobrinho (2004).

Um traço comum que pode ser percebido nessa e nas próximas imagens é que o “progresso” da região dependia da transformação da natureza em um território “civilizado”, onde, nas palavras de Silvio Correa (2006, p. 124), “o caos da floresta sucumbisse à ordem, à racionalidade, à agricultura, considerada um símbolo da presença e engenhosidade do homem civilizado. A natureza deveria ser subserviente ao homem”.

No ano de 1937, Maria Frey (1937 *apud* LOPES, 1989, p. 65), acompanhando seu marido, René Frey, que se dirigia a uma fazenda, chamada Bom Futuro, na localidade vizinha de Campo da Dúvida, com a intenção de reconhecer a área para instalar a serraria René Frey & Irmão, em terras distantes não mais que 6 quilômetros da colônia, registra da seguinte maneira a passagem pela colônia:

ao nascer do sol, encontravam-se nas proximidades de Mal. Hindemburgo, a terra dos trigais!... Os primeiros raios de sol, refletiam-se contra a suave ondulação, provocada pela brisa cálida da manhã, formando tons aveludados.



Fonte: acervo particular da família Steiner – Fraiburgo, SC.

Figura 3: preparação do terreno. Notem a floresta devastada ao fundo.

O relato enfatiza os trigais, que já predominavam na paisagem local, como ilustram as Figuras 4 e 5, apresentadas a seguir, cujas imagens incidiam sobre a idéia de se retratar a agricultura como uma atividade que levava o progresso para a região. São retratadas as plantações, enfatizando o trabalho que se fez na terra, enquanto as florestas, se aparecem, figuram em um plano secundário, distante, “mostrando o progresso sobrepondo-se à natureza, que figura como pano de fundo, prestes a ser alcançada” (CESCO, 2004, p. 102).

A exploração madeireira também passou a ocorrer na colônia. Se inicialmente os pinheirais eram postos ao chão sem aproveitamento devido à comunicação precária da colônia com Perdizes (atual município de Videira, distante 15 quilômetros), de onde a madeira era escoada via férrea para os centros comerciais, a melhoria da estrada e a introdução de caminhões trouxe um acréscimo na devastação das florestas. Em Marechal Hindemburgo atuavam serrarias como a de Edmundo Gerlach e Rômulo Tonin, que faziam parte, junto com as serrarias de Napoleão Poeta de Moraes, das vizinhas Baía e Liberata, e a de René Frey & Irmão, faziam parte das maiores empresas madeireiras de Curitiba nos anos de 1930 e início de 1940 (SANTA CATARINA, 1937, p. 35 e 1942, p. 50). Entre 1930 e 1950, a região do Vale do Rio do Peixe como um todo sofre um acréscimo na devastação, em virtude da facilidade de escoamento e da introdução de técnicas e máquinas cada vez mais modernas, acelerando a produção, destinada tanto ao mercado interno quanto externo (CESCO, 2004, p.90).



Fonte: acervo particular da família Steiner – Fraiburgo, SC.

Figura 4: colonos alemães. Ao fundo, apenas a lavoura.



Fonte: acervo particular da família Steiner – Fraiburgo, SC.

Figura 5: lavoura de trigo. Observem ao fundo o núcleo da Colônia Marechal Hindemburgo, onde se destaca a igreja, rodeada de pequenas fábricas e estabelecimentos comerciais.

Além das atividades agrícolas e madeireiras da colônia, observa-se também o desenvolvimento do núcleo da colônia, onde foram empreendidas pequenas fábricas pelos colonos destinadas a aproveitar os produtos agrícolas locais. Thomas Burke (1994, p. 21) comenta que ao longo da década de 30 a colônia já possuía uma escola estadual, uma Igreja Luterana e uma Católica, um moinho, salão de baile, armazéns, bar e sorveteria, açougue, fábrica de vinagre, sapataria, farmácia, hotel, cartório, cadeia e uma recarregadora de baterias - utilizadas em algumas casas no lugar de lâmpades. O desenvolvimento de pequenas fábricas, como moinhos, uma pequena cervejaria e uma fábrica de banha são também mencionados no Relatório da Diretoria de Terras e Colonização, referente ao ano de 1935 (SANTA CATARINA, 1935). O desenvolvimento do núcleo colonial fez com que esse fosse elevado à condição de Distrito de Perdizes no ano de 1952, permanecendo na mesma condição ao ser incorporado ao recém criado município de Fraiburgo, surgido a partir da pequena vila operária que cresceu ao redor da serraria René Frey & Irmão, no ano de 1961.

As terras que compunham a concessão que formou a Fazenda Butiá Verde, no entanto, não foram totalmente comercializadas com imigrantes de origem alemã, sobretudo as terras que se situavam a maior distância da ferrovia, como no caso das terras localizadas em Taquaruçu, em parte pertencentes à Fazenda Butiá Verde. Sua colonização ocorreu apenas no final da década de 40 e início de 50, por diversas famílias de origem italiana⁹.

Em um período não maior que duas décadas, as terras que faziam parte da Colônia Marechal Hindemburgo e da Fazenda Butiá Verde, se transformaram, de um espaço onde predominavam vastas florestas de araucária, usufruídas pela população cabocla em práticas que estavam integradas ao ambiente natural, em uma nova paisagem, transformada pela ação do homem e homogeneizada por lavouras, realizadas por diversas famílias, na maioria descendentes de colonos alemães e italianos, restando atualmente apenas pequenas manchas de floresta nativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização de Marechal Hindemburgo estava inserida dentro do processo de colonização do Vale do Rio do Peixe, que ganhou impulso a partir da segunda década do século XX, com a conclusão da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, quando a região, nas palavras de Susana Cesco (2004, p. 119)

[...] passa a ser interessante tanto para a colonização e conseqüente ocupação do território catarinense, como para o desenvolvimento de vários ramos de indústria, agricultura e pecuária. As propagandas das companhias colonizadoras, os estímulos à própria criação dessas empresas, juros reduzidos e concessão de terras devolutas [...], tudo isso contribuiu para o “progresso” e o desenvolvimento do Alto Vale do Rio do Peixe.

Progresso que, no entanto deixou marcas profundas na paisagem local, desmatando a floresta e desagregando os espaços florestados de onde diversas famílias posseiras obtinham parte de seu sustento.

A colonização excluiu milhares de famílias caboclas que já ocupavam aquelas terras. Vistas a partir de então como intrusas, foram alvo não somente da expropriação, mas também da desqualificação de suas formas de acesso e uso da terra, muitas delas em comum, enquanto foram exaltadas as virtudes dos colonos e suas práticas agrárias que trouxeram o progresso e a civilização à floresta, aproveitando de maneira “conveniente” (LOPES, 1989, p. 39) os recursos naturais.

REFERÊNCIAS

Fontes Orais

HEPP, Carlos. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

⁹ Muitos destes colonos adquiriram terras pertencentes ao imóvel Butiá Verde, de propriedade de Wenceslao de Souza Breves, conforme é possível constatar em diversas transações que constam nos Livros 3H, 3K e 3L, no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

LARA Sobrinho, Miguel. 77 anos. Depoimentos concedidos em 27 de setembro de 2004 e 3 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

Documentos Oficiais

Concessão de terras do Estado a Demosthenes Bornhausen. Governador Adolpho Konder, em 27 de março de 1929, Livro 786, fl. 14. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Processo nº 331, de 1º de agosto de 1939. Ação movida por Wenceslao de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas, contra a instalação destes, na forma de posseiros na propriedade denominada Butiá Verde. Arquivo do Fórum Judicial de Curitiba.

Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

Registro número 214, livro 3, de 24 de setembro de 1918. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

Registro número 120, livro 3A, de 28 de junho de 1929. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

Registro número 1718, fl.206 de dois de janeiro de 1939. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

Registros de compra e venda de imóveis dos Livros 3H, 3K e 3L. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1935.

_____. **Cadastro Industrial do Estado**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Departamento de Estatística e Publicidade, 1937. Publicação n. 12.

_____. **Indicador Agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AREND, Sílvia Maria Fávero. Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2001.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (orgs). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

BIGARELLA, João José. **Estrutura e origens das paisagens tropicais e subtropicais**. vol. 1. Florianópolis: Ufsc, 1994.

BURKE, Thomas J. **Fraiburgo: do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CAMPOS, Cynthia Machado. Identidades e diversidades no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. In: **Fronteiras: Revista de História**. Florianópolis, n. 7, p. 45-71, 1999.

CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002.

CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio o Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. 2004, 135 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs) **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2. Ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa**: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF; Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2006.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. 2. Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo**: a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do Reduto do Taquaruçu. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, nº3, pp. 3-15, 2006.

GERHARDT, Marcos. Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil. In ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios**: imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005.

KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma nova antropologia da territorialidade. Brasília: Unb, 2002. Série Antropologia, n. 322.

LOPES, Gentila Porto. **Glória de pioneiros – vale do Rio do Peixe- SC**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Sílvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, Ufsc, 2001.

_____. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (org.) **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense**: 10 anos do Ceom. Chapecó: Unoesc, 1995.

RENK, Arlene, **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

_____. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SAUER, Carl. Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WAIBEL, Léo. **Capítulos de Geografia tropical do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZENDRON, Rute Coelho. O fotógrafo. **Esboços**. V. 10 , p. 84-95, Chapecó, 2002.